



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero,
feminismos, raça/etnia, sexualidades**

Sub-eixo: Feminismos e Serviço Social

AMEFRICANIDADE E MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS: UMA ABORDAGEM HISTÓRICO-DIALÉTICA

ANA PAULA PROCÓPIO DA SILVA¹

ALINE BAPTISTA DE PAULA²

MAGALI DA SILVA ALMEIDA³

RESUMO

Abordamos a contribuição da categoria amefricanidade, de Lélia Gonzalez, para análise histórico-dialética do Movimento de Mulheres Negras brasileiras (MMN), em sua diversidade no enfrentamento do racismo e sexismo estruturais na sociedade de classes, problematizando o enegrecimento do feminismo e os desafios de articulação das agendas coletivas no confronto como Estado racista e neoliberal.

Palavras-Chave: Amefricanidade; Feminismo negro, Mulheresnegras; Marcha das Mulheres Negras; Estado neoliberal.

ABSTRACT

We address the contribution of the amefricanity category, by Lélia Gonzalez, to the historical-dialectic analysis of the Brazilian Black Women's Movement (MMN), in its diversity in confronting structural racism and sexism in class society, problematizing the blackening of feminism and the challenges of articulation of collective agendas in the confrontation with the racist and neoliberal State.

Keywords: Amefricanity; Black feminism, Black women; Black Women's March; Neoliberal state.

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro

² Universidade do Estado do Rio de Janeiro

³ Universidade Federal da Bahia

Introdução

Nosso artigo toma como fundamento ético-político o argumento de autonomia, radicalidade e busca pela liberdade da população negra em Diáspora Global⁴. Evidentemente, nossa hipótese reafirma o que muitas(os) intelectuais negras(os) teorizaram sobre a capacidade intelectual e de luta de nossos ancestrais.

A expropriação do trabalho oriundo da escravidão africana e sobretudo, o tráfico transatlântico são a base material para acumulação primitiva do capital. Conforme Williams (2012), o que confere a contribuição substantiva ao processo é o seu caráter triangular em que, especialmente a Inglaterra, fornecia as exportações e as embarcações; a África, a força de trabalho; e as mercadorias das *plantations* das colônias enviadas às metrópoles eram trocadas por pessoas escravizadas. Sem esta prerrogativa, certamente o capitalismo não seria edificado.

O capitalismo, em termos globais, necessitou da força de trabalho, da racionalidade, da expertise e das tecnologias africanas na produção e reprodução social. No Brasil, como nos demais territórios colonizados, os processos de alienação produzidos pela relação de dominação e expropriação colonial mantiveram-se como processos de exploração pós coloniais, que Quijano (2005) chamou de colonialidade do poder. É nessa relação antagônica entre colonizados e colonizadores, capitalistas e trabalhadores, que estão as mulheres negras, dentre as quais destacamos para a presente análise, Lélia de Almeida Gonzalez, nossa respeitada Lélia Gonzalez.

Intelectual brilhante de sua geração, seu legado para o pensamento social tornou-se ímpar quando sua proposta de análise do Brasil tocou, sem rodeios, o poder nefasto do racismo estrutural, do colonialismo e do imperialismo na organização da cultura e conformação das relações sociais de dominação e opressão na formação social. Demonstrou que o machismo e o racismo estruturais e estruturantes configuraram-se como dimensões ideológicas importantes e fundantes da base material da economia nas sociedades coloniais, organizando de forma

⁴ O conceito de Diáspora Global foi criado pela PhD, antropóloga cultural e documentarista Sheila S. Walker na realização de trabalhos de campo, palestras na maior parte de África e na Diáspora Africana Global, “tendo como objetivo educar o público sobre esta diáspora” (fonte: <<https://africanfilmny.org/directors/sheila-walker/>>). Em 2023 ao participar do IV Congresso de Pesquisadores(as) Negros(as) do Nordeste apresentou o conceito de Diáspora Global, ampliando seu raio geográfico e político na análise das resistências e identidades referenciadas nos valores e identidades africanos forjadas nas múltiplas experiências negras no mundo globalizado. Outras rotas efetivas do comércio de escravizados ainda desconhecidas no ocidente, são apresentadas por ela, frutos do apagamento epistêmico, que deram origem a novas formas de cultura, identidades e resistências face ao poder imperialista ocidental, por onde, nós, negras(os) deixamos nosso legado, história e memória. Sugerimos o documentário *Rostos familiares, lugares inesperados – uma diáspora africana global*. Disponível em: <<https://santarita.hypotheses.org/1614>>. Acesso em: 1 jul. 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

desigual e assimétrica, as relações sociais de produção e reprodução da vida no capitalismo dependente.

Sua produção intelectual desvela a imbricação entre raça, racismo e a noção gênero, problematizada como sexismo, identificadas como forças motrizes sob as quais as sociedades modernas formulam os projetos de nação hegemônicos, com base em teorias eugênicas de pureza racial, acumulação e distribuição desigual da riqueza e de uma estética orientada por padrões eurocêntricos, androcêntricos e heteronormativos. Concepções assentadas em variadas formas de coerção, subalternização, violências e genocídio de Estado, que buscaram apagar historicamente e de forma sistêmica, qualquer possibilidade de humanização dos sujeitos sociais racializados e generificados que vivem do trabalho, a despeito das resistências e lutas dos africanos, afro-brasileiros e povos originários, em especial as mulheres.

Estima-se que entre os séculos XVI e XIX foram sequestrados e traficados do continente africano para o Brasil, cerca de 4 milhões⁵ de mulheres, homens e crianças, o equivalente a mais de um terço de todo o comércio negreiro realizado no mundo. Desumanizada no escravismo colonial pelo racismo, a sua força de trabalho serviu para acumular as riquezas que asseveraram as bases materiais do capitalismo mundial. Decorridos quase 400 anos de escravismo, finalmente na condição de trabalhadores(as) livres, sob o novo regime político, a República, que se estabeleceu com o fim da escravidão no Brasil, as populações negras foram colocadas nas margens do novo sistema produtivo. Em função do racismo foram consideradas como excedentes no campo de oportunidades assalariadas e não houve nenhuma política de integração ao sistema. É nesse sentido que compreendemos por que raça e relações raciais assumem então um significado concreto que,

remete ao racismo, à escravidão, ao colonialismo e às imagens historicamente construídas sobre “ser negro”, “ser indígena” e “ser branco”, ou seja, tem um significado político e ideológico que cria e perpetua desigualdades sociais e privilégios vinculados a racialização dos grupos sociais (Silva, 2022, p. 177).

Na perspectiva teórico-metodológica que adotamos a análise histórico-dialética da formação social toma como elemento central o trabalho, considerando as particularidades brasileiras. Clóvis Moura (2021) chama atenção para os processos econômicos, políticos e ideológicos que conformaram a transição do trabalho escravizado para o trabalho livre, à exemplo da dinâmica de substituição do trabalhador negro livre ou recém liberto pelos trabalhadores imigrantes europeus (força de trabalho excedente no “Velho Mundo”). Esse

⁵ No Brasil, entre as décadas de 1560 e 1570, os portugueses intensificaram o tráfico de africanos para o trabalho compulsório, sendo que em 1600, a força de trabalho nos engenhos brasileiros era basicamente constituída de pessoas escravizadas, e, à medida que a indústria açucareira se expandiu o número aumentou. Estima-se que mais de meio milhão de africanos entraram no Brasil durante o século XVII, e outros 1,7 milhões desembarcaram no século XVIII. Até 1800, desembarcaram um total de 2,5 milhões de africanos (Andrews, 2014, p. 40).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

processo de substituição foi intensificado após o treze de maio para atender os interesses do capitalismo dependente no plano nacional e internacional. Caracterizado pela promoção de sistemas de barragens das populações negras ao mercado de trabalho competitivo determinado pelo imperialismo, acompanhado de uma política punitiva e criminalizadora de trabalhadores (as) negros(as). Não houve qualquer política reparatória do Estado republicano para as populações negras e indígenas. As condições extremamente desiguais que configuraram o capitalismo brasileiro, transformaram as massas de trabalhadores(as) negros(as) em *franjas marginais*.

Considerando a divisão racial e de gênero do trabalho, aos homens negros couberam, principalmente os trabalhos de rua, mais pesados, perigosos e insalubres e o encarceramento, em função, particularmente, da tipificação de vadiagem como uma contravenção prevista no artigo 59 do decreto-lei 3.688 de 1941, com pena de 15 dias até três meses de prisão. O que na prática significou que uma simples procura por trabalho poderia terminar em restrição de sua liberdade para ir e vir na sociedade. As mulheres negras ficaram com a continuidade da ocupação que remonta à escravidão, o trabalho doméstico. Na atualidade, as mulheres ocupam 92% do trabalho doméstico remunerado e destas, 65% são negras, com mais de 40 anos e renda média inferior a um salário-mínimo (DIEESE, 2022).

A partir desse preâmbulo, nosso artigo tem por objetivo apresentar a contribuição da categoria de *amefricanidade* formulada por Lélia Gonzalez (1988), na análise histórico-dialética do Movimento de Mulheres Negras Brasileiras (MMNB), considerando as desigualdades de gênero e raça que constituem o seu foco de ação política, abordando ainda os diálogos com o feminismo negro. Inspiradas no pensamento de Lélia Gonzalez buscamos os fundamentos que tecem e orientam o percurso do MMN em sua diversidade, no enfrentamento do racismo e do sexismo estruturais na sociedade de classes, na concepção do *bem-viver*. Por fim, a propósito de síntese, apresentamos os desafios enfrentados pelo MMN em seus múltiplos grupos específicos, a articulação com o feminismo negro e as agendas coletivas no confronto com o Estado neoliberal em defesa da autonomia e liberdade culminantes na Marcha de Mulheres Negras em 2015.

Não temos dúvidas de que as mulheres negras em defesa de suas coletividades e de uma sociedade com justiça social promoveram, através de variadas formas de organização política, inúmeras lutas em defesa de um projeto de nação antirracista, antipatriarcal, anti LGBTQIAPN+ e anticapitalista, assim como estratégias de combate ao racismo e o sexismo, opressões compreendidas como produtos do genocídio do Estado. Nesses termos, o artigo está organizado em quatro seções, incluindo esta Introdução. Na segunda seção apresentamos um



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

sucinto panorama biográfico de Lélia Gonzalez, bem como enunciamos a validade contemporânea da categoria de *amefricanidade* para análise pretendida. A terceira seção situa de modo mais amplo as contribuições de seu pensamento para o Movimento de Mulheres Negras Brasileiras, sua ousadia em contestar e enegrecer o feminismo universal, bem como de promover a feminilização das propostas do Movimento Negro (MN), e dialogamos também com outras intelectuais amefricanas, latino-americanos e estadunidenses, entendendo, conforme Carneiro (2003) que a expressão “enegrecendo o feminismo” designa a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista, na perspectiva da demarcação das necessidades de seu grupo social. Na quarta e última seção tecemos considerações sobre a Marcha das Mulheres Negras de 2015 como um legado do pensamento feminista negro e à guisa de conclusões, os desafios de uma sociedade em estado permanente de crise.

Lélia Gonzalez, uma ameericana à frente de seu tempo

Quando estávamos para finalizar este artigo, o Movimento de Mulheres Negras do estado de Minas Gerais prestou uma femenagem para Lélia Gonzalez e Carolina Maria de Jesus instalando o busto das intelectuais, esculpido em bronze, no Parque Municipal de Belo Horizonte. Este ato político afirma as importantes raízes dessas mulheres em seus territórios de nascimento, uma ação pública carregada de simbolismos contra a sujeição feminina racializada às estruturas de opressões históricas e celebra as insurgências de seus pensamentos contra o racismo e o sexismo impostos às mulheres negras e as populações racializadas em geral.

Lélia de Almeida Gonzalez nasceu em Belo Horizonte, no dia 01 de fevereiro de 1935. Fez parte de uma família negra extensa e “foi a oitava entre os dez filhos de dona Rubina e seu Francisco Nascimento” (Brito, 2014, p. 73). A família migrou para o Rio de Janeiro na década de 1940 em busca de trabalho para sobrevivência.

A sua vida e de seus familiares exemplifica a história de outras milhares nos bairros de periferia do Rio de Janeiro, territórios que receberam os trabalhadores negros pobres e suas famílias em busca de melhores condições de vida, pelo trabalho, configurando o amálgama entre a busca por horizontes possíveis e a dinâmica do capitalismo dependente, acomodando os fluxos migratórios aos interesses do capital industrial.

A experiência de ser mulher negra é a substância do seu pensamento, das suas ações de vida como sujeita, ativista, intelectual. Ao mesmo tempo, a experiência é processo de (*re*) conhecimento, que envolve aceitação de quem se quer ser e a recusa daquilo que nos obrigam a ser, e um movimento de (*des*)construção para vida inteira.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A gente não nasce negro, a gente se torna negro. Essa identidade negra não é uma coisa pronta, acabada. Então, para mim, uma pessoa negra que tem consciência de sua negritude está na luta contra o racismo. As outras são mulatas, marrons, pardos etc. (Gonzalez, 1988, p. 70).

As proposições de Lélia Gonzalez em seu artigo, *A categoria político-cultural de amefricanidade*, afirmam a impossibilidade de nossas formações do inconsciente serem exclusivamente europeias e brancas. Somente a disseminação e internalização de uma forte hierarquização racial dissimulada como democracia racial poderia produzir tamanha negação.

O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças a sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento. Veiculada pelos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores do Ocidente branco são os únicos verdadeiros e universais. Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca demonstra sua eficácia pelos efeitos do estilhaçamento, de fragmentação da identidade racial que ele produz: o desejo de embranquecer (de “limpar o sangue” como se diz no Brasil) é internalizado, com a simultânea negação da própria raça, da própria cultura (Gonzalez, 1988, p. 73).

A crítica de Lélia Gonzalez (1988) nos provoca para ampliação de nossa própria ideia de identidade, na compreensão de que somos uma América Africana “cuja latinidade, por inexistente, teve trocado o **t** pelo **d** para aí sim, ter o seu nome assumido com todas as letras: Améfrica Ladina” (1988, p.69, *grifos nossos*). Nessa perspicaz observação que nos diz muito da relação entre as palavras e as coisas ditas, a propagada latinidade que nos identifica é denunciada como uma caracterização limitada em termos linguísticos e históricos, e que nos distancia nas lutas sociais transnacionais.

A categoria amefricanidade é fundamento e matéria dinâmica, que podemos chamar de *teórico-práxis*, para pensar a experiência histórica e factual da diáspora negra e as suas contribuições simbólicas e concretas que incidem no percurso dos Movimentos de Mulheres Negras latino-americanas e caribenhas quando organizam uma luta que é ao mesmo tempo nacional e transnacional.

A amefricanidade ladina é a própria manifestação da humanidade expressa nas revoltas, na elaboração de estratégias de re-existência, nas tecnologias de organização social dos quilombos, cimarrones, cumbes, rochelas, palenques, marronages e maroons societies, denominações das resistências negras em diferentes países. Movimentos e formações sociais que são o fundamento histórico e a potência dinâmica das lutas antirracistas contemporâneas no interior da racionalidade capitalista (Silva, 2021, p. 54).

Nessa direção, problematizamos: *O que é uma categoria? Como a amefricanidade é uma categoria? Qual a sua importância para compreensão do lugar de sujeitas das mulheres negras brasileiras?* Uma categoria é simultaneamente a explicação científica de acontecimentos, processos sociais, conjunturas da realidade e a possibilidade de relação dos nexos que



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

constituem essa realidade. Daí que a análise das lutas do MMNB na perspectiva histórico-dialética faz emergir a resistência como elemento de identidade amefricana e como catalisadora de transformações democráticas.

A relação de Lélia Gonzalez com os movimentos negros, feministas e de mulheres negras foi intensa de experiências das lutas e das desigualdades entre mulheres negras e mulheres brancas, entre mulheres negras e homens negros, estruturadas por condições desiguais de raça, gênero e classe, exemplificada na percepção de Luiza Bairros:

Quando a maioria das militantes do MNU ainda não tinha uma elaboração mais aprofundada sobre a mulher negra, era Lélia que servia como nosso porta-voz contra o sexismo que ameaçava subordinar a participação de mulheres no interior do MNU e o racismo que impedia nossa inserção plena no movimento de mulheres. Mas através de muitas e longas conversas e dos textos dela, aprendemos como incorporar um certo modo de ser feminista às nossas vidas e à nossa militância, articulamos nossos próprios interesses e criamos condições para valorizar a ação política das mulheres negras (2018, p. 426-427).

Enegrecendo o feminismo

Em seu célebre discurso “E eu não sou uma mulher?”⁶ Sojourner Truth, na primeira metade do século XIX, de forma simples e genuína, enquanto uma mulher negra ex escravizada evidenciava que a construção social do que é ser uma mulher difere significativamente do que é ser uma mulher negra. A ativista e abolicionista demonstra, a partir da sua experiência, que as mulheres negras não possuíam nenhuma das características socialmente atribuídas às mulheres em sua idealização universal – a fragilidade, a delicadeza e o intelecto reduzido.

O racismo alicerçou um processo de desumanização criando, de acordo com Fanon (2008), uma zona do não-ser que manteve reiteradamente ao longo dos séculos os negros, especialmente as mulheres negras, em um lugar de subalternidade na sociedade. Mulheres negras nunca foram percebidas enquanto mulheres que necessitavam de proteção e/ou tutela por serem seres humanos inferiores, mas como fêmeas (Lugones, 2014), animais que poderiam ter seus corpos explorados, seja no escravismo ou nas diversas fases do sistema capitalista.

Para as mulheres negras atingirem os mesmos níveis de desigualdades existentes entre homens e mulheres brancos significaria experimentar uma extraordinária mobilidade social, uma vez que os homens negros, na maioria dos indicadores sociais, encontram-se abaixo das mulheres brancas” (Carneiro, 2003, p. 119).

O feminismo branco, que se consolidou como clássico, no intuito de buscar uma unidade

⁶ Esse discurso foi proferido como uma intervenção na Women's Rights Convention em Akron, Ohio, Estados Unidos, em 1851. Disponível em: Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>>. Acesso em: 06 jul. 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

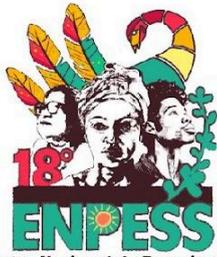
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

do ser mulher, tendeu a desconsiderar categorias importantes como raça, classe, sexualidade e orientação sexual. O padrão estabelecido de mulher convergia nas mulheres brancas, cisgênero, heterossexuais e da classe média. Na compreensão de hooks (2015), donas de casa brancas com alto grau de instrução, entediadas com o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos, mas que não correspondem às características gerais das mulheres estadunidenses. E de sua percepção podemos traçar um paralelo para as mulheres negras latino-americanas. Mulheres essas que estão mais preocupadas com a sobrevivência, cujo direito a sair de casa para trabalhar nunca foi uma pauta, pois historicamente elas sempre foram obrigadas ao trabalho fora do próprio lar. E na maioria das vezes, como empregadas domésticas, nas casas de mulheres brancas feministas que pleiteavam ter os mesmos direitos dos homens, diga-se, dos homens brancos. Para que o direito à venda da sua força de trabalho fosse efetivado pelas mulheres brancas, coube às mulheres negras exercerem o cuidado das tarefas domésticas, das crianças, dos idosos, dos enfermos, atribuído ao feminino universal, contudo, com remunerações baixas, atrelado a uma suposta relação de afeto para justificar a exploração nas relações de trabalho domésticas. Esse processo não apenas desconsidera a questão de raça, mas restringe as mulheres negras ao trabalho manual não qualificado.

Quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas. Daí, ela ser o lado oposto da exaltação; porque está no cotidiano. E é nesse cotidiano que podemos constatar que somos vistas como domésticas. Melhor exemplo disso são os casos de discriminação de mulheres negras da classe média, cada vez mais crescentes (Gonzalez, 1984, p. 230).

Bairros (1995) ressalta que o conceito de mulher historicamente contém concomitantemente o aspecto da construção social de gênero, e a dimensão do sexo biológico, porém, a reinvenção do ser mulher, pelas mais diversas correntes feministas (inclusive de alguns setores da esquerda), de maneira frequente, reproduzem os mesmos estereótipos de origem patriarcal, aceitando, dessa forma, a existência de uma natureza feminina, dando centralidade à maternidade, e às expectativas derivadas, tais como cuidado e altruísmo, e no tocante à sexualidade como objeto de desejo dos homens. No caso das mulheres negras, hipersexualizadas - exemplificado no arquétipo da mulata, apontado por Lélia Gonzalez (1984), negando-lhes, pelo racismo e sexismo, a construção e o domínio do seu próprio desejo. São padrões com perspectivas reduzidas de humanidade, que reforçam a zona do não-ser para todas as mulheres que estão fora do estabelecido pelo feminismo clássico, e que intensificam os processos de alienação social.

O não-ser se reflete no não pertencer, impedindo as mulheres negras de se



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

compreenderem enquanto sujeitas tanto na sua individualidade, quanto como sujeitas coletivas que produzem riqueza social. Nesse caminho crítico, Gonzalez (2018), enfatiza que o movimento feminista reproduz práticas exclusão e dominação racista, em que as mulheres são desracializadas, e aquelas que ousam questionar são rotuladas de antifeministas e “racistas às avessas”. Uma reflexão semelhante também foi produzida por bell hooks em sua análise da sociedade estadunidense.

O racismo abunda nos textos de feministas brancas, reforçando a supremacia branca e negando a possibilidade de que as mulheres se conectem politicamente cruzando fronteiras étnicas e raciais. A recusa feminista, no passado, a chamar a atenção para hierarquias raciais e as atacar, suprimiu a conexão entre raça e classe (hooks, 2015, p. 195).

Portanto, refletir sobre o enegrecimento do feminismo parte do pressuposto de que as mulheres negras de territórios colonizados vivenciam formas de opressão muito distintas das mulheres brancas de países de economia central. Mesmo porque, conforme assinala hooks (2015), apesar do sexismo ser institucionalizado, ele nunca determinou de forma absoluta o destino da totalidade das mulheres na sociedade. Apesar disso, de acordo com Carneiro (2003), durante muito tempo o feminismo latino-americano se fixou na visão eurocentrista da mulher universal. Isso gerou o que Gonzalez (2018) denomina de racismo por omissão, considerando que essas bases eurocêntricas e colonialistas são formas alienadas de uma teoria e de uma prática que se proclamam como libertadoras. A autora resgata a categoria do sujeito-suposto-saber de Fanon, que se refere às identificações forjadas com determinadas figuras para as quais é atribuído um dado saber, que concretamente não possuem. Processos que fazem com que o colonizado atribua ao colonizador uma superioridade que na concretude não existe.

Como consequência, Carneiro (2003) destaca a falta de capacidade de reconhecer a multiplicidade existente no universo feminino, para além de uma identidade biológica. Articulando com o debate contemporâneo, consideramos que nenhuma unidade biológica explica ou define o feminino ou o masculino, até porque questionamos a própria binaridade de gênero como uma construção histórico-social e também pela existência real de mulheres e homens trans, pessoas não binárias, agênero e tantas outras identidades de gênero e sexuais. Desse modo, percebermos o quão insuficientes são as teorias feministas clássicas para responder não apenas as populações multirraciais, mas todas outras formas de opressão, além do sexismo (Carneiro, 2003), pois tratar da divisão sexual do trabalho suprimindo a questão racial é “recair numa espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizado e branco” (Gonzalez, 2018, p. 16).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Em seu artigo *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, Lélia Gonzalez (1984) ressalta que mesmo quando os intelectuais de alguma forma articulam as categorias raça e classe - no caso os de esquerda -, as reflexões ficam presas nos aspectos socioeconômicos, deixando de lado diversas outras mediações necessárias para compreender a experiência da mulher negra na sociedade brasileira. No texto, *Por um feminismo afrolatinoamericano*, a autora reitera esse debate afirmando que, “suas análises sobre nossa realidade social jamais conseguiram vislumbrar qualquer coisa além das contradições de classe” (Gonzalez, 2018, p. 16).

Destacamos que as mulheres negras, dependendo das dimensões da vida social que as constituem, não serão apenas dupla ou triplamente oprimidas, mas segundo a teoria formulada pelas feministas negras estadunidenses e brasileiras (*feminist standpoint*)⁷, a experiência da opressão sexista é uma forma social historicamente determinada. Assim, raça, classe, gênero e sexualidade ocupam determinadas posições na matriz de dominação e conformam uma dada opressão (Collins, 2000; Bairros, 1995; hooks, 2019; hooks, 2015).

Uma das principais contribuições do movimento de mulheres negras é a construção de uma perspectiva que despreza a ideia da experiência única de ser mulher. Lorde (2009) enfatiza que entender e analisar as diferenças não significa hierarquizar opressões, pois as opressões se organizam em sistemas interligados, que existem a partir da exploração de um pelo outro.

Considero essa formulação particularmente importante não apenas pelo que ela nos ajuda a entender diferentes feminismos, mas pelo que ela permite pensar em termos dos movimentos negro e de mulheres negras no Brasil. Este seria fruto da necessidade de dar expressão a diferentes formas da experiência de ser negro (vivida através do gênero) e de ser mulher (vivida através da raça) o que torna supérfluas discussões a respeito de qual seria a prioridade do movimento de mulheres negras luta contra o sexismo ou contra o racismo? - já que as duas dimensões não podem ser separadas. Do ponto de vista da reflexão e da ação políticas uma não existe sem a outra (Bairros, 1995, p. 461).

Essa perspectiva interseccional de pensar as relações de dominação reforça a ideia de lutas coletivas, tanto no campo intelectual – universidades, quanto no campo político – movimentos sociais. Collins (2017) destaca a relação existente entre o conceito de interseccionalidade (teoria) e os movimentos de mulheres negras (prática política):

A interseccionalidade conecta dois lados de produção de conhecimento, a saber, a produção intelectual de indivíduos com menos poder, que estão fora do ensino superior, da mídia de instituições similares de produção de conhecimento, e o conhecimento que emana primariamente de instituições cujo propósito é criar saber legitimado. A interseccionalidade pode ser vista como uma forma de investigação

⁷ A ferramenta analítica a standpoint theory é uma epistemologia feminista crítica às concepções tradicionais da teoria do conhecimento, que toma como marco teórico as reflexões da teoria democrática sobre inclusão social nos espaços de poder (Santos, 2017).

crítica e de práxis, precisamente, porque tem sido forjada por ideias de políticas emancipatórias de fora das instituições sociais poderosas, assim como essas ideias têm sido retomadas por tais instituições (Collins, 2017, p. 7).

Ao conectar esses dois polos, a interseccionalidade também se estabelece como uma práxis social, porque mantém a relação indissociável entre o conhecimento produzido, de modo formal e informal, e as ações políticas concretas. A transposição da ideia de um ambiente social para outro, transforma os limites entre eles. A entrada das mulheres negras de movimentos sociais nas Universidades, tanto qualificou a ação política, quanto levou à politização do debate para dentro delas (Collins, 2017). As mulheres negras historicamente estiveram presentes nos movimentos sociais gerais, e exatamente por isso, Carneiro (2003) enfatiza que foi esse engajamento o que possibilitou pautar os debates de raça e gênero nos planos nacional e internacional. Uma percepção de Lélia Gonzalez, no texto: *As amefricanas do Brasil e sua militância* quando aponta o surgimento de grupos organizados de amefricanos e amefricanas, por quase todo país, em que salientamos os movimentos de mulheres negras. No Rio de Janeiro: Aqualtune, Luísa Mahin, Grupo de Mulheres Negras do RJ, Nzinga - Coletivo de Mulheres Negras, Centro de Mulheres de Favelas e Periferia; em São Paulo: Coletivos de Mulheres Negras de SP, Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista; na Bahia: Grupo de Mulheres do MNU, Grupo de Mulheres do Calabar e no Maranhão: Grupo de Mulheres Negras Mãe Andressa (2020, p. 265).

Movimento de Mulheres Negras Brasileiras e a Marcha de 2015: amefricanidade em movimento

As ativistas negras foram responsáveis tanto por impulsionar o debate racial dentre dos movimentos feministas, como também por pautar o feminismo no interior do Movimento Negro, nas Universidades e demais movimentos sociais as quais estavam inseridas.

As mulheres negras participaram ativamente nos processos de redemocratização do país nos anos de 1980, bem como na ampliação de direitos sociais promulgados na Constituição de 1988. Destaca-se no período a realização do I Encontro Nacional de Mulheres Negras (I ENMN) entre os dias 02 e 04 de dezembro de 1988, na cidade de Valença-RJ, onde o Movimento de Mulheres Negras - MMN se institui como organização autônoma. (Figueiredo, 2018). Contudo, dos anos 1980 até a Marcha de 2015 os processos que constituem o MMN na atualidade implicam elementos contraditórios, expostos, por exemplo, na crítica apresentada por Gonzalez em *A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social*, justamente acerca do I ENMN, caracterizado segundo ela, por um



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

sexismo extremado (2020, p. 267) que contribui para escamotear a opressão racial e a exploração de classe. Sobressaem em sua análise as perspectivas dialética e interseccional, quando observa que são as próprias exigências das lutas concretas que obrigam ao Movimento ultrapassar a tradição dicotômica do feminismo sexista, em que prevalece a ideia do “macho opressor versus fêmea oprimida”, sob pena de distanciar-se da realidade vivida pelas mulheres negras brasileiras.

Quando nos reportamos às *amefricanas* da chamada América latina, e do Brasil em particular, nossa percepção descobre uma grande resistência ao feminismo. É como se ele fosse algo estranho para elas. Herdeiras de uma *outra cultura ancestral*, cuja dinâmica histórica revela a *diferença* pelo viés das desigualdades raciais, elas, de certa forma, sabem mais de *mulheridade* do que de *feminidade*, de *mulherismo* do que de *competição*, de *coletivismo* do que de *individualismo* (Gonzalez, 2020, p. 269, grifos da autora).

Na trilha das determinações sociais, em setembro de 2001, o encontro de treze organizações de mulheres negras brasileiras de diferentes regiões, que deliberou sobre a participação das mulheres negras na III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, também resultou na declaração pró-Conferência de Racismo, que “configura o matriarcado da miséria que caracteriza as condições de vida das mulheres negras no Brasil” (Carneiro, 2011, p. 127).

A expressão “matriarcado da miséria” foi cunhada pelo poeta negro e nordestino Arnaldo Xavier para mostrar como as mulheres negras brasileiras tiveram sua experiência histórica marcada pela exclusão, pela discriminação e pela rejeição social, e revelar, a despeito dessas condições, o seu papel de resistência e liderança em suas comunidades miseráveis em todo país (Carneiro, 2011, p. 130).

O documento expõe a partir de indicadores sociais a relação entre racismo e sexismo na produção de condições desiguais das mulheres negras em todas as dimensões da vida social, que compreendemos como desigualdades sociorraciais.

Após a Conferência de Durban, o Estado brasileiro implementou uma série de políticas sob a orientação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial SEPPIR, criada em 2003, no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, órgão com status de ministério e a primeira ministra a ocupar o cargo foi a assistente social e professora Matilde Ribeiro.

Em 2004, na I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres a perspectiva da diversidade no MMN e as posições contrárias às visões universalizantes da mulher foram densamente expressas na fala de Sueli Carneiro:

Não almejamos a mera inversão dos papéis, mas um novo marco civilizatório. Dessa perspectiva, daquela Conferência, nós, mulheres brasileiras, negras, indígenas, brancas, lésbicas, nortistas, nordestinas, urbanas, rurais, sindicalizadas, quilombolas, jovens, de terceira idade, portadoras de necessidades especiais, de diferentes vinculações religiosas e partidárias, nos detivemos, criticamente, sobre as questões

mais candentes da conjuntura nacional e internacional, nos obstáculos contemporâneos persistentes para a realização da igualdade de gênero e nos desafios e mecanismos para a sua superação (Carneiro, 2004, p. 42).

A percepção das diferenças no interior do gênero, em articulação com o reconhecimento do racismo como produtor e reproduzidor das desigualdades sociorraciais, alinham-se com a identificação do privilégio econômico que essa lógica produz, para as mulheres do grupo racial branco. Daí a necessidade de políticas específicas racializadas para as mulheres negras, com vistas ao enfrentamento das iniquidades. A dimensão racial da pobreza no Brasil demanda o corte racial na problemática da feminização da pobreza, visto que as violências concretas e simbólica e os padrões da branquitude concorrem para as múltiplas opressões que recaem sobre as mulheres negras.

O MMN ganhou visibilidade em todas as regiões do país com a realização da Marcha Nacional das Mulheres Negras (MNMN) em novembro de 2015, em Brasília - DF (Gomes, 2017). O evento foi precedido por marchas locais e estaduais e teve como principal objetivo evidenciar as desigualdades e violências sofridas pelas mulheres e jovens negras na América Latina, como também outros temas transversais, como o extermínio da juventude negra, o racismo religioso, a LGBTQIAPN+fobia.

As demandas da Marcha das Mulheres Negras estão contidas na “Carta das Mulheres Negras”. Para os propósitos deste texto, faço o resgate de algumas dessas demandas, tais como: direito à vida e à liberdade; promoção da igualdade racial; direito ao trabalho; direito à educação; direito à justiça; direito à moradia, à terra e à cidade; direito à segurança pública e direito à cultura; e, o que nos parece verdadeiramente mais subversivo, do ponto de vista de um projeto político: em coro, nós, mulheres negras, exigimos um novo projeto civilizatório! (Figueiredo, 2018, p. 1092).

A marcha evidenciou as diferentes formas que o racismo, o sexismo, a LGBTQIAPN+fobia estruturais se conformam dentro do processo de exploração capitalista, forjando desigualdades e perpetrando maneiras de ampliar as suas violências, especialmente através do Estado brasileiro. Agendas que incorporam a diversidade de *mulheridades*, de femininos e feminismos historicamente construídos e estão expressas no *Manifesto da Marcha das Mulheres Negras 2015 contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver*, por exemplo, pela compreensão de que mesmo em situações de certa mobilidade social, pelo acesso a cargos mais bem remunerados,

as estruturas de desigualdades de raça e de gênero mantêm-se por meio da concentração de poder racial, patriarcal e sexista, alijando a nós, mulheres negras, das possibilidades de desenvolvimento e disputa de espaços como deveria ser a máxima de uma sociedade justa, democrática e solidária (MNMN, 2015, n./p.).

Na atualidade é nas condições de precarização mais extremas que estão majoritariamente as mulheres negras, um dado de realidade que exemplifica a sua condição de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

superexploração nessa sociedade de capitalismo dependente. A historicização dessa condição remete ao fato de que na passagem do escravismo para o capitalismo, a racionalização sobre as mulheres negras foi reinterpretada com vistas à formação de novos mecanismos de barragem social. Na sociedade escravocrata, as mulheres escravizadas eram exploradas como força de trabalho, como objeto de uso sexual e de reprodução, pois os seus filhos nascidos das relações com homens negros, ou com os proprietários brancos eram também comercializados. No pós-abolição, a exploração e os abusos sexuais foram apresentados como prova de democracia racial e seus filhos negros passam a compor o grupo prioritário de encarceramento e genocídio efetuados pelo Estado brasileiro. Assim, ainda que as bases materiais e simbólicas da opressão das mulheres tenham como fundamento o patriarcado capitalista, constituindo um alicerce comum para as lutas feministas, esta dimensão sozinha não alcança a totalidade das mulheres atingidas pelas discriminações.

De modo análogo, compreendemos que a crise contemporânea do capital assume especificidades críticas em sua reverberação sobre grupos sociais historicamente submetidos à processos de discriminação sistemática, que se revertem em uma estratificação social constituída de iniquidades políticas e econômicas materializadas na forma de pobreza, de salários mais baixos, de menor acesso aos sistemas de saúde, educação e empregos formais, de maiores chances de encarceramento e de morte, como é o caso das populações negras no Brasil.

As lógicas da economia e da política que organizam a dinâmica dos processos discriminatórios ao mesmo tempo em que tem sua própria dinamização estão vinculadas a manutenção de opressões e explorações em função das hierarquizações de classe, raça, gênero, orientação sexual e outros marcadores da existência humana.

Nos países de capitalismo dependente, as contrarreformas neoliberais e a reestruturação produtiva outorgaram ao racismo novas complexidades. O neoliberalismo e a acumulação flexível provocaram o aumento do número de “descartáveis” para o sistema. E o desemprego nas formas conjuntural e estrutural que contribuiu para o enfraquecimento de sindicatos e movimentos sociais, ocorreu concomitante à ofensiva dos movimentos conservadores, racistas, misóginos, xenófobos e fascistas que retomaram velhos discursos sobre quem são os segmentos a serem culpabilizados pela crise, pela precarização e perda dos empregos.

Após o golpe que depôs a presidenta Dilma Rousseff em 2016, a ascensão ao poder executivo, nas eleições de 2018, de um governo de extrema-direita, colocou ainda mais em risco os limitados direitos sociais conquistados pelos grupos historicamente discriminados, como as



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

mulheres negras. Em paralelo a esse processo, outro fator que impacta negativamente a vida das mulheres negras é a “guerra às drogas” justificada pela construção da figura do bandido que coloca em risco a segurança pública, requerendo por isso a intensificação da ação militar do Estado em determinados territórios, notadamente negros e periféricos.

A partir dos desafios apresentados, quando pensamos acerca dos rumos do MMN, vemos que as ponderações de Lélia Gonzalez continuam pertinentes, antenadas com os processos sociais.

Essa questão é de caráter ético e político. Se estamos comprometidas com um projeto de transformação social, não podemos ser coniventes com posturas ideológicas de exclusão, que só privilegiam um aspecto da realidade por nós vivida. Ao reivindicar nossa diferença enquanto mulheres negras, enquanto *amefricanas*, sabemos bem o quanto trazemos em nós as marcas da exploração econômica e da subordinação racial e sexual. Por isso mesmo, trazemos conosco a marca da libertação de todos e todas. Portanto, nosso lema deve ser: organização já! Axé, Dandaras (Gonzalez, 2020, p. 270, grifo da autora).

Referências

ANDREWS, George Reid. **América afro-latina, 1800-2000**. São Carlos: Ed.UFSCar, 2014.

BAIRROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Estudos Feministas**, n. 2, v. 3, p. 458-463, segundo semestre, 1995.

BAIRROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez. *In*: GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARNEIRO, Sueli. Painel 1 - Análise da realidade brasileira, avaliando as políticas realizadas e os compromissos assumidos pelo Estado Brasileiro. *In*: Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, I, 2004. Brasília. **Anais** [...] Brasília: MS, 2004. Disponível em: <<https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/anais1cnpm.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2024.

COLLINS, Patricia Hill. Dossiê Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, São Paulo, v. 5 n. 1, p. 6-17, jan./jun., 2017..

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought knowledge consciousness and politics of empowerment**. 2th Edition, New York: Routledge 2000.

COMITÊ IMPULSOR NACIONAL DA MARCHA DAS MULHERES NEGRAS CONTRA O RACISMO E A VIOLÊNCIA E PELO BEM VIVER. **Manifesto da Marcha das Mulheres Negras 2015 contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver**, 2015. Disponível em:



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

<https://www.geledes.org.br/manifesto-da-marcha-das-mulheres-negras-2015-contra-o-racismo-e-violencia-e-pelo-bem-viver/?gad_source=1&gclid=CjwKCAjw7s20BhBFEiwABVIMrReVsdL1NvmFfHfkVQvqtgKCQLUY9WwqvYgc3dQOzuU7ek_yMLV88RoCKB8QAvD_BwE>. Acesso em: 18 jul. 2024.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. **Trabalho doméstico no Brasil**. Infográfico. 2022. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/infografico/2022/trabalhoDomestico.html>>. Acesso em: 02 jul. 2024.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FIGUEIREDO, Angela. Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira. **Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p.1080-1099, 2018.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun., 1988.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In*: SILVA, L. A. et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. **Ciências Sociais Hoje**, Brasília, n. 2, p. 223-244, 1984.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. *In*: União dos Coletivos Pan Africanistas - UCPA (org.). **Lélia Gonzalez: primavera para as rosas negras**. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

GONZALEZ, Lélia. As amefricanas do Brasil e sua militância. *In*: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções, diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

hooks, bell. Mulheres negras moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 16. Brasília, p. 193-210, jan./abr., 2015.

hooks, bell. **E eu não sou uma mulher?** mulheres negras e feminismo. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

LORDE. Audre. **I am your sister** - Collected and Unpublished writings of Audre Lorde. Oxford: Oxford University Press, 2009.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez., 2014.

MOURA, Clóvis. **O negro: de bom escravo a mau cidadão?** São Paulo: Editora Dandara, 2021.

QUIJANO, A colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

SANTOS, Marina França. A representação de mulheres nos espaços de poder e a standpoint theory: contribuições de uma epistemologia feminista. **Veritas**, Porto Alegre, v. 62, n. 3, p. 904–933, set./dez., 2017.

SILVA, Ana Paula Procopio da. Antirracismo no debate da formação social brasileira e classes sociais: desafio ao serviço social contemporâneo. **Katálysis**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 177-178, maio-ago., 2022.

SILVA, Ana Paula Procopio da. Resistências negras e amefricanidade: diálogos entre Clóvis Moura e Lélia Gonzalez para o debate antirracista das relações de classe na América latina. In: **Revista Fim do Mundo**, Marília, n. 4, p. 42-59, jan./abr., 2021

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.